

Em Busca da Modernidade e em Defesa da Ordem.¹

*Antonio Carlos Peixoto.
Ciência Política.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.*

O processo de independência e as mudanças por ele introduzidas acarretaram, de algum modo, a desestruturação da ordem colonial pré-existente. Os setores prejudicados por esse amplo processo de mudanças, em alguns casos irreversíveis, reagiram tanto no plano político como ideológico. É impossível supor que os grupos cujo mundo a que pertenciam e que estava sendo transformado assistissem, passivamente a essas transformações. Tornou-se imprescindível deter a marcha dos acontecimentos

Diante das idéias difundidas pelos reformadores em defesa da liberdade, igualdade e soberania popular, fez-se necessário e urgente implementar a defesa dos valores tradicionais, da ordem instituída: família, religião, comunidade, corporação. A reação emergiu com força na América Hispânica e se os defensores de uma transformação radical na ordem existente, tinham a inspira-los tanto o sistema de idéias difundido pelos filósofos iluministas, quanto os princípios do liberalismo econômico, os defensores do retorno à velha ordem, ainda que no quadro de países independentes, tinham a respaldá-los as idéias antiiluministas que varriam a Europa Ocidental - o conservadorismo - e a tradição fortemente enraizada do iberismo.²

O pensamento conservador da América Hispânica se caracterizou por ser, profundamente, contraditório, não havendo nele integração de idéias que configurassem um sistema unificado do pensamento, o que não significa que não existissem pontos ou traços comuns. Pertencer a um determinado estrato social era indicativo da adesão aos postulados do conservadorismo. Na realidade, o que melhor caracteriza o pensamento conservador hispano-americano é seu profundo pragmatismo. De acordo com o adversário ou com o tipo de agressão ou ameaça é que se constituíam os argumentos conservadores.

¹ Trabalho publicado nas Atas do Congresso ADLAC. Rosário. Argentina. 2002.

² - Sobre a permanência das influências ibéricas na América ver a obra clássica de Leopoldo Zea. *El Pensamiento Latinoamericano*, 1976. A temática foi retomada por Richard Morse. O Espelho de Próspero. *Cultura e Idéias nas Américas*. Ver também para o caso brasileiro as considerações feitas sobre essa temática por Luiz Werneck Vianna. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*, 1997.

É verdade que houve uma corrente do pensamento conservador hispano-americano mais doutrinária e, portanto, mais fiel a alguns princípios e, em nome deles, polemizou com todos os que apresentavam argumentos contrários. Esta corrente se destacou, especialmente, a partir da publicação, em 1864, da encíclica *Quanta Cura el Syllabus*³. É curioso notar que se pretendia fortalecer a estrutura tradicional ignorando, porém, as profundas transformações em curso desde o início do processo de independência. Nesse sentido é que se pode afirmar que a defesa acirrada feita em nome dos princípios conservadores aparecia como utópica uma vez que era impossível defender formas de organização social que há alguns anos não mais vigoravam na Hispanoamérica.

Assim sendo, na segunda metade do século XIX ocorreu então uma bipolarização bastante instigante no pensamento conservador. De um lado, alguns defensores dos princípios conservadores pretendiam não apenas manter inalterada a ordem existente, mas defendiam o retorno a um tempo ultrapassado. De outro lado, encontraremos defensores do Conservadorismo, já dispostos a aceitarem certos princípios da ordem liberal, principalmente no terreno econômico e político, desde que mantidos os princípios hierárquicos que moldavam a estrutura social. Caracterizava-os, principalmente a convicção de que a adoção de alguns dos pressupostos do Liberalismo só podia ocorrer de forma lenta e progressiva, de modo a não provocar alterações abruptas na ordem reinante. Desta forma, essa corrente que se poderia chamar conservadorismo liberal, entrou em choque com o pensamento genuinamente conservador e nesse sentido restaurador, e ultramontano e também com os defensores das mudanças radicais em direção a implementação da ordem liberal.

Importa reter, porém, que houve enorme capacidade de convivência entre conservadores moderados e liberais que constituíram o bloco hegemônico na América Hispânica durante a maior parte do século XIX. O medo de que o embate levasse à polarização sempre perigosa, propiciou uma convivência pacífica que não deixou de ser construtiva. Progressivamente os princípios defendidos pelos liberais foram sendo aceitos pelos conservadores moderados. A adoção do princípio do livre-cambismo, pode ser um bom exemplo do que resultou dessa convivência. A despeito disso, como nos adverte José Luís Romero, “o pensamento conservador manteve seu núcleo original e suas proposições básicas. Expunha a posição dos grupos mais arraigados da sociedade e

2--*Colección de Encíclicas y Documentos Pontificios*. 1955

mais comprometidos com sua organização original. No fundo perpetuava uma concepção senhorial da vida cunhada durante a época colonial, inseparável da forma tradicional de posse da terra por certos grupos.”⁴

O crescimento das atividades mercantis não propiciou nenhuma alteração substantiva na ordem social vigente. Ao contrário, os detentores da propriedade territorial procuraram se unir aos da propriedade mercantil e vice-versa. Dessa forma, houve a permanência do ar senhorial e pouco a pouco a certeza de que aos velhos e novos detentores do poder econômico correspondiam os mesmos antigos privilégios. É bem verdade que apenas os integrantes das famílias mais tradicionais, atreviam-se a defender abertamente os privilégios herdados da Colônia, e faziam-no de modo a se colocarem como herdeiros de uma tradição que devia ser mantida. Dessa maneira, a defesa dos antigos privilégios, dava-se em nome de um princípio legitimado pela História.

Ora, o núcleo original do pensamento conservador, no qual se destacavam diferentes figuras, defendia acirradamente os princípios da antiga sociedade que era definida pelo fato de que alguns possuíam os privilégios e os outros, simplesmente, não os detinham. Nessas circunstâncias, possuíam os conservadores uma concepção autoritária da vida social e política (herança da estrutura colonial), sustentada pelo pensamento da monarquia espanhola e da Igreja Católica. A república, então, converteu antigos possuidores de terras e minas, acostumados à utilização de um poder sem limites em uma oligarquia política cujas tendências autoritárias recaíam sobre a adoção de um poder forte e centralizado, a quem competia garantir a preservação da ordem sócio-econômica tradicional.

Para além desse núcleo tradicional, José L. Romero indica, que é possível encontrar um elenco de tendências caracterizadas pela adoção de atitudes igualmente pragmáticas, mas, canalizadas para adoção das novas experiências vividas após a independência.⁵ A partir do crescimento dessas outras tendências, o núcleo original do pensamento conservador Hispano-Americano adquiriu uma feição nostálgica e bastante ineficaz. Foram assim, essas outras tendências as que puderam enfrentar as novas idéias e com elas dialogar. Devemos aos conservadores moderados em aliança com os liberais, o fato de ter sido possível manter vivas as proposições básicas do conservadorismo.

3 - Cf. José Luís Romero. “El pensamiento conservador latinoamericano en el siglo XIX”. In *Pensamiento Conservador (1815-1898)* 1978,p.IX-XXVIII.

4- Ibidem.

Afinal, fora em seu nome que se tentava barrar o avanço das idéias igualitárias que levantavam a questão da cidadania. Além do mais, nunca se descartou a possibilidade de que as velhas idéias fossem atualizadas.

Não resta dúvida que o resultado foi híbrido, contraditório, pouco homogêneo. Todos os defensores do conservadorismo moderado ou liberal tinham um fundo comum, Suas proposições foram formuladas para responderem à situações bastante concretos e se relacionavam aos mais diversos aspectos da política imediata sem que vários de seus formuladores estivessem preocupados com a coerência sistêmica de um núcleo de pensamento. Se coerência havia, era mais aparente do que real, posto que se tratava de organizar o surgimento de novos países sem que as mudanças daí advindas, pusessem em risco o velho sistema de privilégios.

O pensamento econômico conservador, não teve diante do crescimento das atividades mercantis, por exemplo, uma atitude homogênea. Alguns se mantiveram presos aos padrões da economia colonial enquanto outros se mostraram abertos à mudança e dispostos a introduzir alterações na estrutura colonial em nome do novo tipo de processo econômico que ia sendo desenvolvido. Apenas quando a marcha do processo indicava um rumo capaz de comprometer a situação dos defensores dessas alterações, é que os mesmos passaram a defender uma postura mais gradual e lenta. Adotaram, assim, um discurso e um comportamento mais tipicamente conservador. Dessa maneira, não é difícil perceber que, neste terreno como em outros, houve dois tipos de pensamento conservador na Hispanoamérica: um mais apropriadamente calcado na categoria do Conservadorismo ultramontano e outro mais voltado para uma esfera que se pode denominar liberalismo conservador.

É importante assinalar que em diversas circunstâncias, era possível encontrar aproximações entre os conservadores puros e os liberais conservadores. Por mais surpreendente que isso possa parecer, era possível encontrar situações em que o próprio conservadorismo ultramontano se mostrava partidário do progresso tecnológico. Mas também é verdade que muitos ultramontanos se mostraram contrários até mesmo à construção de ferrovias, pontes e obras públicas em geral. No campo puramente ideológico, as diferenças eram mais profundas, tornando-se então bastante difícil encontrar pontos capazes de unir as duas correntes. Além disso, é preciso considerar que os conservadores de um modo geral, resistiam a qualquer tentativa de secularização bem como à implantação de uma ordem política baseada nos pressupostos da igualdade e da cidadania.

Existe uma profunda dificuldade em caracterizar as etapas históricas em que teria se desenrolado o pensamento conservador hispano-americano. Os primeiros discursos políticos entendidos como conservadores, apareceram, concomitantemente, ao processo de independência da América Espanhola. É possível se considerar, natural que um movimento conservador tivesse que ser articulado, na medida em que o processo pela independência da Hispano-América inspirou-se, até certo ponto, no jacobinismo e também no liberalismo mais moderado. Isto se tornou mais visível, na proporção em que o movimento de reação à revolução foi-se corporificando na Europa. No momento conhecido por “Restauração”, foi-se construindo na Hispano-América um sentimento de aversão ao jacobinismo, tido por muitos como destrutivo. É importante destacar o fato de que muitos dos admiradores do jacobinismo na América Espanhola passassem a contestá-lo, pois acreditavam ser necessário que os excessos fossem contidos, pondo um freio nos movimentos sociais que se esboçavam e viabilizar o retorno à antiga ordem.

Em meio às lutas travadas após 1810, foi-se configurando, então, um pensamento claramente conservador. O ponto nevrálgico de toda a polêmica tratava dos limites a serem postos ao processo de mudança. Para alguns, ele devia estar contido na transferência do poder aos “criollos” das antigas linhagens, enquanto que outros acreditavam ser necessária a efetivação de uma transformação social e igualitária. Neste sentido, durante um curto tempo, foi possível adotar as denominações então vigentes na Europa: liberais e conservadores. Com o correr do tempo, entretanto, foi-se tornando cada vez mais difícil compreender a situação hispano-americana a partir dos mesmos parâmetros explicativos da Europa Ocidental.

No seu contorno mais geral, o movimento de idéias da Hispano-América se encontrava bem mais próximo da situação vivenciada na Espanha, do que da França ou da Inglaterra. Dessa maneira, é possível encontrar na Hispanoamérica a convicção de que apenas regimes autoritários ou centralizados podiam restaurar a ordem, que por definição se opunha, integralmente, ao livre jogo do processo de mudança inaugurado pelos movimentos emancipacionistas. Nesse sentido, encontramos o triunfo de uma ordem autoritária, pela qual seria possível manter, de fato, o princípio da autoridade legítima, posto que se constitua em barreira contra a possibilidade da desordem. Dessa maneira, o tema da ordem frente à anarquia foi o mais importante entre todos os que ocuparam a atenção do pensamento conservador da Hispanoamérica nas três ou quatro décadas que se seguiram aos movimentos emancipacionistas.

É preciso compreender que por trás da bandeira unificadora da ordem, existia enorme uma diversidade de questões levantadas após o movimento emancipador. E na realidade, houve uma multiplicidade de respostas dadas, direta ou indiretamente, ao processo histórico no período pós-independência. Dessa forma, a questão da ordem, ocultava as diversas percepções que a constituição de uma nova sociedade estava provocando. O medo e a angústia diante dos perigos existentes em se tentar introduzir reformas modernas e europeizantes em sociedade fortemente hierarquizadas eram particularmente sentidos. Este sentimento pode ser detectado no Peru, no México, no Uruguai e em muitos outros países da até então área colonial espanhola na América. E o medo diante das mudanças, manifestou-se de formas variadas unificadas pela bandeira da ordem. Tratava-se, portanto, de controlar todos os fatores que podiam estimular ou mesmo acelerar o processo de mudanças sociais e políticas.

A liberdade, mais que qualquer outra idéia era, extremamente, perigosa e precisava ser contida. Afinal, a liberdade trazia junto a si o fermento perigoso da igualdade o que permitia que os homens pobres se sentissem tão significativos no interior da sociedade quanto os que se encontravam no topo da pirâmide social. Mais que isso, a difusão da idéia de liberdade impedia que os grupos de riqueza, “status” e poder abusassem de seus privilégios, uma vez que se encontrariam contidos pelas normas da igualdade organizadoras de uma república liberal e participativa. Tais idéias precisavam ser contidas e expurgadas porque nelas apareceria nitidamente o contraste entre o país real e o país legal.

Por outro lado, é preciso não esquecer o papel preponderante desempenhado pela Igreja na América Hispânica e até que ponto a difusão das idéias da liberdade e do modelo de sociedade moderna afetava esta mesma preponderância da Igreja, na medida em que a modernidade colocava como possível aos homens organizarem a sociedade, que já se encontrava organizada de acordo com preceitos divinos interpretados e aplicados pela Igreja.

O pensamento conservador negava os princípios liberais também por razões puramente pragmáticas. Não era possível admitir que classes populares ou mesmo setores das camadas médias estivessem capacitadas ao exercício do voto. Não era possível aceitar que o voto de um rico proprietário tivesse o mesmo valor do que o de um trabalhador da terra, índio ou ex-escravo, operário urbano. Dessa maneira, complica-se a questão da organização institucional dos diferentes países, porque não se supunha possível conjugar as aspirações federais com a existência de uma constituição

nacional. Se de um lado preconizava-se a necessidade de que primeiro se estabelecessem constituições provinciais para só depois ser promulgada uma constituição federal. Por outro lado, reconhecia-se a incapacidade das províncias de elaborarem constituições, em razão da anarquia reinante nas mesmas. Em ocorrência disso, criava-se uma situação de impasse onde se inviabilizava também a organização de uma constituição nacional, e nos países em que ela foi promulgada, tentou-se desqualificá-la, sob alegação de que ela feria a livre manifestação da vontade das partes consubstanciadas. É preciso, portanto, considerar que o pensamento conservador quando conseguiu se desvencilhar do imobilismo relativo que o caracterizou, orientou-se no sentido de garantir que as mudanças às quais ele não podia opor-se, como foi o federalismo em alguns países, fossem sendo efetuadas de modo a não ameaçar as posições de mando dos grupos dominantes.

Em consonância com o pensamento conservador que se desenvolvera na Europa, o conservadorismo hispano-americano acreditava que a razão da desordem, e da anarquia podia ser encontrada no processo de emancipação, a semelhança do que era creditado pelos europeus à revolução francesa. Dessa maneira, era preciso garantir que a nova ordem institucional fosse dirigida pelos mandatários da antiga sociedade. Interessante registrar que o continuísmo mostrava, na realidade, que os conservadores preferiam ignorar esta questão e adotar uma posição onde defendiam que a única maneira de se garantir a ordem era que os detentores dos velhos privilégios tivessem o controle das modernas instituições.

Esse modo de pensar levava à consagração do princípio do poder executivo forte que devia ser completado por parlamentos aristocráticos eleitos mediante voto qualificado. Muitas vezes, esta maneira de conceber a sociedade levou à defesa do estabelecimento de regimes ditatoriais, onde se dispensava até mesmo a existência de um poder legislativo. Estávamos, pois, a um passo da defesa da ditadura como forma normal de exercício do poder. Além disso, propunha-se que mudanças institucionais só deviam ser introduzidas de modo extremamente circunstancial quando as situações reais assim o exigissem.

De toda maneira, a desordem e a anarquia eram fatos inquestionáveis. Isto inviabilizava que o poder constituído pudesse, efetivamente, governar, na medida em que era também impossível encontrar um consenso mínimo necessário à prática de qualquer engenharia política. Nessas circunstâncias, a defesa de um governo forte

apoiado por grupos armados era apresentada como imprescindível para evitar mudanças que criassem o caos.

Ora, para os detentores dos antigos privilégios, a desordem e a anarquia ocorriam em razão da própria independência e das transformações que a ela se seguiam. Por outro lado, as correntes liberais responsabilizavam as antigas elites pela desordem, já que essas se recusavam a abrir mão dos poderes locais, ao mesmo tempo em que defendiam um poder centralizado. Em decorrência disso, o consenso acabou ocorrendo em torno da idéia de um executivo forte apoiado num poder militar ainda que por razões diversas para ambos os lados. Liberais queriam o poder centralizado para esmagar os poderes locais, normalmente nas mãos dos conservadores. Estes, por sua vez, propunham um poder central forte, apoiado nos poderes locais, para extirpar a praga do liberalismo.

Em alguns momentos se acreditou que a solução para esse impasse estaria na adoção do regime monárquico, mas, terminaram por prevalecer, as teses que defendiam um executivo forte, um poder institucional fundado nas classes detentoras do maior número de posses e um parlamento aristocrático. Caso esta solução não funcionasse, recorria-se à ditadura. Outra característica importante e que deve ser ressaltada é a de que se operou uma estreita aliança entre Estado e Igreja como meio mais eficaz de manutenção da ordem. O Estado deveria se apoiar na Igreja e deveria, por sua vez, fornecer-lhe proteção.

Os conservadores mostraram-se, também, defensores até certo ponto do progresso econômico e tecnológico e nessa defesa podemos encontrar desde conservadores liberais até alguns ultramontanos, mostrando desta maneira a natureza contraditória e ambígua do conservadorismo hispano-americano. No plano político, para enfrentar as ameaças de secessão e desordem no plano local, preconizavam a necessidade de um poder central forte, mas, dependendo do jogo de alianças, eram às vezes obrigados a buscar apoio nas elites locais representadas no parlamento, o que significava uma aliança com os mesmos setores que forneciam as mais sérias resistências ao poder central. Apoiava-se ainda na Igreja, pois percebiam nela uma fonte indispensável à contenção do processo de mudanças. Por fim, é preciso destacar o caráter profundamente pragmático e pouco doutrinário do pensamento conservador que se desenvolveu na América Hispânica ao longo do século XIX.

Talvez fosse importante tecer, neste momento, algumas considerações sobre o mundo americano e nesse sentido, é preciso destacar que a América se caracterizou, historicamente, por ter sua origem fortemente vinculada ao mundo europeu. As duas

Américas (Norte e Sul) se encontram estreitamente relacionadas ao universo cultural europeu, mas as diferenças são significativas: enquanto no mundo anglo-saxão a independência significou continuidade e o estabelecimento de uma ordem que derivava das relações sociais já existentes durante a colônia, no mundo ibérico pretendia-se manter o passado e estendê-lo para o futuro, ainda que sob a forma de países independentes. Por outro lado, era necessário empreender mudanças para que fosse possível a manutenção da independência recém-conquistada; e isto implicava em manter os vínculos com um mundo ocidental que caminhava a passos largos para um modo de re-ordenamento da vida, inteiramente diverso daquele que vigorava na Hispanoamérica. A manutenção da tradição e o apego ao passado ocorriam em consonância com o mundo ibérico de quem esta parte da América era herdeira. Assim, sem recusar totalmente a mudança, o conservadorismo impunha a ela um cunho lento, progressivo e, principalmente, sem rupturas com o passado, o que fazia com que a trajetória das novas nações fosse árdua, difícil e penosa. A herança ibérica impregnou os modos de vida e de pensar da América Hispânica, e a compreensão do significado pleno desta herança é indispensável para detectar as desventuras e os obstáculos com que a modernidade se deparou.

No ocidente, o homem optou por separar a esfera religiosa considerando-a questão de natureza privada ou de foro íntimo, dos demais planos da vida social, de modo a transformar o presente e criar um futuro diferente do que até então tinha existido. O passado cristão, baseado na idéia da comunidade de todos os indivíduos a serviço de Deus, foi duramente atingido pela Reforma protestante, que postulava um futuro dependente da ação humana, e não mais da vontade divina, liberando desta maneira a energia e o potencial criador do indivíduo. Mas o mundo ibérico, diante desta problemática colocada já a partir do século XVI, por razões que escapam ao objetivo deste trabalho, permaneceu fiel à tradição medieval, mesmo considerando-se que a Contra-Reforma procurou atenuar os aspectos mais anacrônicos desta mesma tradição, num esforço de incorporar a modernidade ao cristianismo. A América Hispânica não escapou desta mesma atitude.

Os primórdios do capitalismo incorporaram novos elementos à questão da modernidade: colocou-se, desde logo, em primeiro plano, a liberdade do indivíduo. O direito à felicidade proporcionada pelos bens materiais, foi contraposto ao sentido da comunidade cristã e sua concepção de que os bens terrestres não deviam ser objeto de procura e de valorização.

O mundo ibérico não aceitou o sentido desta separação entre a esfera religiosa e a esfera material que então se construía no restante da Europa Ocidental, e manteve o princípio básico de que apenas no interior da comunidade cristã o homem podia ser, efetivamente, livre.⁶ Fora dos laços comunitários tecidos pela religião, o que havia era o triunfo do individualismo egoísta.

Ora, era impossível compatibilizar essas duas visões. Indiscutivelmente, o mundo caminhava, a passos largos, em direção à supremacia da vertente que era inaceitável para os ibéricos e com a qual eles haviam tentado compatibilizar a antiga concepção de mundo, por meio da Contra-Reforma. Quando o mundo ibérico se deu conta da impossibilidade de operar a conciliação entre a modernidade e o ordenamento religioso do mundo, a fidelidade ao passado e a sua maneira de conceber o mundo, tornaram-se os traços distintivos do mundo ibérico. Este primeiro momento a que fizemos referência, ocorreu na Espanha, ao longo dos séculos XVI e XVII, quando se postulava diante do primado da razão individual, a defesa da unidade do Espírito universal, sendo a expressão dessa unidade, a tradição e a defesa da permanência do papel desempenhado pela Igreja.

No momento em que o mundo caminhava no sentido de valorização da conquista de bens materiais, o Estado Espanhol atrelava à idéia da conquista de bens materiais à idéia de cobiça, na medida em que a conquista das almas era relegada ao plano mais que secundário, para não dizer inexistente. Em decorrência disto desenvolveu-se na Espanha um tipo particular de intolerância, que, inicialmente apresentou-se sob a forma de um discurso conciliador, que consistia em mesclar o passado e o presente para a construção de um futuro cujo valor mais caro estaria ditado pelo ideal do humanismo cristão. Dessa maneira, os valores modernos teriam que estar a serviço deste ponto central reafirmado pelo cristianismo: a dignidade dos homens. Neste sentido, o que realmente importava era a unidade dos povos e dos homens a partir daquilo que os unificava: o fato de serem humanos. A liberdade, entendida como guia da ação individual importava menos, principalmente se o direito de pugnar pelos interesses pessoais, considerados “a priori” como manifestação do egoísmo. A liberdade só teria sentido se fosse reconhecida como necessária a todos, dentro de um humanismo cristão, de alguma forma igualitária. De nada valeria o conforto material de alguns se este fosse obtido sobre a miséria da

5- A esse respeito ver: Leopoldo Zéa, *EL Pensamiento Latinoamericano*.1976. Richard Morse. *O Espelho de Próspero. Cultura e Idéias nas Américas*.1987. Jaime Jaramillo Uribe. *El Pensamiento Colombiano en el siglo XIX*. 1964.

maioria, pois, isto era contrário ao espírito da dignidade humana, ressaltado pelo cristianismo. Liberdade sim, mas para todos, e a partir de uma normatividade que era religiosa e que procurava a universalidade.

Na tentativa de promover a incorporação de todos os homens em nome de um ideal de humanidade, não se hesitou em utilizar a força, que apareceu pela via da Inquisição. Ora, esta prática era incompatível com a defesa inicial que se fez da conciliação. Afinal, a força estava sendo utilizada para viabilizar a incorporação ao princípio religioso e o recurso à violência atentava contra a idéia de dignidade. Ao mesmo desrespeitava-se as noções tão propagadas de humanidade e de comunidade em Cristo. Esse dilema perseguiu a Espanha e se constituiu na herança recebida pela Hispano-América. Como construir um mundo novo sem romper com o passado? Como prolongar o passado no presente e construir um futuro diferenciado do passado sem, contudo negá-lo? Esse paradoxo impregnou todo o pensamento hispano-americano, mas, teve um significado maior para os conservadores. Diante das mudanças empreendidas no período posterior à independência, tratava-se de promover a defesa da antiga ordem, do modo como até então ela existira ou então defender a possibilidade de se empreender mudanças sem romper com o passado e, mais que isso, prolongando o passado no presente e utilizando-o na construção de um mundo novo.

Diante da necessidade de se estruturar a Hispanoamérica independente e de torná-la parte do Ocidente, tornou-se necessário avaliar o modo como se efetivaria essa reestruturação, e uma vez mais, estava colocado o dilema do passado, e se este seria ou não um obstáculo à criação de um mundo diferente. Uma vez mais, o peso da herança ibérica fazia-se sentir: de um lado, imputava-se ao passado marcado pelo iberismo a responsabilidade por todas as dificuldades com que se defrontava a América independente. De outro lado, procurava-se utilizar esse passado para construir o futuro ou ainda, atribuía-se uma valoração positiva à esse mesmo passado.

Qualquer que fosse o caminho a ser percorrido, o passado era o ponto central de onde qualquer solução precisaria ser encontrada. Esta carga atávica apareceu sempre como ponto de partida para se construir o futuro. Os que aspiravam fazer da América um mundo moderno e os que percebiam ou acreditavam ser isto impossível recorriam, igualmente, ao passado para justificar os obstáculos à modernidade. Derivam daí todos os conflitos: unitários contra federalista na Argentina; federalistas e centralizadores no México, Colômbia, Venezuela, todos recorriam de uma ou de outra maneira à herança ibérica. Sempre dominava a tendência à centralização política, isto era feito para romper

com o passado, no qual o poder dos vice-reis era mais fictício do que efetivo, dado o peso dos localismos. Se o centralismo levava à tirania, isso era responsabilidade do passado ibérico. Quando era feita a defesa do federalismo como a forma moderna de constituição de um Estado, os argumentos eram os mesmos: se o federalismo resultava em anarquia, a responsabilidade era também da herança ibérica, que tinha criado uma sociedade tradicional, impedindo a formação de um Estado Nacional moderno. Saía-se em busca de modelos de organização da sociedade e a impossibilidade dos mesmos vigorarem a contento na Hispanoamérica era atribuída à herança ibérica e ao passado colonial que, apesar disso, não conseguia ser nem abandonado e nem revisto pelos hispanosamericanos.

Todo esse dilema em que se via envolvida a Hispanoamérica levou a que, na compreensão de Leopoldo Zéa, ela fosse vista como um dos últimos focos de resistência de um mundo ainda medieval. Afinal, no momento em que a Europa Ocidental vivenciava a reforma e o renascimento, a Espanha se encontrava comprometida com a luta em defesa do absolutismo e do primado da Igreja, representadas no movimento da Contra-Reforma, que possibilitou a constituição da Inquisição. Foi esta a Espanha, que empreendeu a conquista da América e fez dos territórios conquistados o terreno propício à implantação de seus postulados, ao mesmo tempo em que se fechava aos avanços da modernidade. Por séculos a Espanha se preocupava, apenas, em preservar e defender sua concepção de mundo.

No que se refere a Hispanoamérica, a situação era, de vários pontos de vista, mais delicada. Longe da Europa, dela impedida de se comunicar intelectualmente, dado o controle que a Igreja exercia sobre o mundo do pensamento, presa às teias do Antigo Sistema Colonial e submetidas às regras da Inquisição, seria muito difícil para ela desvencilhar-se dos mecanismos de cerceamento em que vivia. Os momentos que precederam e sucederam o processo de independência, fora um tempo de desafios.

Em decorrência do modo como se processou a colonização espanhola, mesmo os que se dispunham a encontrar as vias que a levariam a se integrar ao ocidente e a incorporar a modernidade, não se desligavam totalmente das raízes ibéricas. Até mesmo Bolívar, que tinha sido anteriormente um radical, acreditava ser possível unir liberdade e igualdade, apoiando-se em parte nas raízes cristãs, sem empreender, para atingir este objetivo, uma nova leitura do cristianismo. Assim, seu compromisso com o pan-americanismo, encontrava-se impregnado de uma concepção de irmandade cristã, enquanto que o conceito revolucionário de Fraternidade, implicava no pré-requisito de

liberdade individual, da transformação dos indivíduos em cidadãos, na construção de uma sociedade de cidadãos onde predominaria a idéia do bem comum, do interesse privado submetido ao público, modo que a fraternidade entre os povos hispano-americanos era vista não só como necessária, mas também imprescindível. Se no tema da Fraternidade encontram-se as manifestações de Rousseau e do jacobinismo no pensamento de Bolívar, o ideal do pan-americanismo - retiradas as circunstâncias diplomáticas e estratégicas, ou seja, a necessidade de se defender dos Estados Unidos da América do Norte - encontra-se ligado à idéia de comunidade, de modo que não encontramos aí, o princípio proclamado pela Revolução Francesa, mas sim o princípio cristão da comunidade.

Assim sendo, fechando-se para o Ocidente e ignorando as transformações que aí se processavam, a Espanha tentou preservar seus valores e construir uma forma bastante particular de lidar com as mudanças que então estavam se processando. Mas ao mesmo tempo, cuidou de transferir para a América esta sua visão do mundo e, principalmente, conduziu todo o processo colonizador em consonância a esses princípios. Houve florescimento intelectual bem como relativa liberdade de criação intelectual nas colônias. Mas isto ocorreu dentro de parâmetros que também distanciaram o mundo colonial do universo europeu ocidental. Nessas circunstâncias, tornou-se impossível para os hispano-americanos a compreensão dos pressupostos mentais da modernidade.

Os conservadores não se encontravam muitos dispostos, aliás, a empreenderem qualquer esforço no sentido de compreender a modernidade. Na realidade, encontravam-se mais preocupados na defesa da forma de ordenamento pré-moderna do mundo. Tratava-se de manter o mundo ordenado de modo igual ao que vigorava na colônia com a diferença única de que o controle pós-independência, passara a ser exercido por mãos internas e não mais pelos interesses metropolitanos. Este era, basicamente, o limite e o sentido da mudança aceitável. No mais, internamente, nenhuma outra alteração precisava ser empreendida. Quando muito, aceitava-se a possibilidade de serem introduzidas mudanças na esfera econômica ou destinadas a produzir algum tipo de alteração técnica: pontes, estradas de ferro, melhoria das comunicações, etc. Ora, torna-se evidente a dificuldade de reduzir as mudanças apenas aos fatores materiais e, principalmente, impossível evitar que a independência provocasse alterações políticas, sociais e culturais. Por isso mesmo, a defesa empreendida pelos conservadores dos pressupostos da velha ordem era tão difícil e penosa, assim como também era difícil para os setores mais moderados do

conservadorismo controlar a mudança e mantê-la em níveis que fossem toleráveis. A mesma dificuldade se apresentava para os liberais: era impossível mudar sem romper com o passado.

Uma questão que o movimento de independência e os esforços subsequentes de organização política não podiam ignorar referia-se à força dos poderes locais. A centralização administrativa que a Espanha impôs às suas colônias era extremamente falaciosa. Das diferentes sedes dos vice-reinados e das capitâneas gerais, os detentores do poder, designados pela metrópole não tinham, em absoluto, condições de controlar ou de fiscalizar aquilo que se passava nas diversas partes do território que lhes era atribuído. Ora, a centralização formal que se chocava com a descentralização de fato, não podia deixar de produzir tendências centrífugas que, se eram até certo ponto controláveis durante o período colonial, pela lealdade básica e inquestionável à Coroa, acabaram eclodindo de forma quase sempre violenta, quando se verificou o vácuo do poder provocado pela independência.

De um lado, reforçaram-se os regionalismos, conduzindo à desintegração de quase todas as antigas unidades administrativas. De outro lado, o poder local dificultou a formação do Estado-Nação, num quadro de grandes dificuldades de comunicação e contato entre as capitais e as demais partes dos territórios que deveriam compor os futuros países. Cabe lembrar que era, principalmente nas áreas distantes das capitais, que a estrutura hierarquizada da sociedade era mais pesadamente sentida, pois a lei ali, não era a lei geral que organizava as relações entre os diferentes grupos sociais, mas sim a vontade das frações da elite dominante neste ou naquele ponto do território.

Vista deste ângulo, a independência podia ser aceitável, mas a conciliação entre o poder central e a dominação local não poderia deixar de ser problemática. A América Espanhola independente carregava outro dos dilemas e impasses legados pela colonização, ou seja, a centralização formal frente à descentralização efetiva. Por isso mesmo, um dos pontos mais complexos da agenda política dos novos países residia no debate entre centralização e federalismo, o que não era uma questão puramente doutrinária. É preciso levar em conta que, em muitos casos, era a dominação local e não o poder central que garantia efetivamente a ordem, sempre que a estrutura social estivesse ameaçada por movimentos disruptivos. Mas ao mesmo tempo, esta mesma dominação local, em outros momentos aparecia como um obstáculo às pretensões do poder central de promover mudanças sempre que estas ameaçavam privilégios e hierarquias constituídas.

Seria errôneo supor que a dominação local tendia a ser conservadora, abrindo-se assim o conflito com um poder central de corte liberal. Não só o oposto podia ocorrer, como também num mesmo país recém-formado, a dominação local era, frequentemente, repartida de modo mais homogêneo ou heterogêneo entre liberais e conservadores, o que se explica em larga medida a turbulência civil, a enorme dificuldade de obtenção de um consenso mínimo a respeito da organização política pós-independência, e o caudilhismo, fenômeno que era, na sua origem, de base provincial e fruto da dominação local.

Um ponto, que é central e quase axiomático unificava, entretanto, os diferentes segmentos do pensamento conservador: o princípio da autoridade não podia ser posto em dúvida ou questionado. Que autoridade? E a resposta a essa pergunta não deixa margem ao aprofundamento teórico do problema. A autoridade que devia ser respeitada era aquela que existia *de fato*. As vertentes conservadoras nunca se preocuparam com a legitimação pela via legal dos institutos de poder e da autoridade, a não ser quando a própria lei jogava a seu favor. Lançava-se mão da dominação carismática quando isto era possível ou conveniente. A expectativa de obediência estava, assim, baseada e inserida na tradição dos processos de dominação já existentes na colônia, e que podem ser resumidos na seguinte fórmula: os que me obedecem assim o fazem porque são inferiores a mim. Inferiores em que e por que, é outra pergunta cabível? Simplesmente porque a concepção hierarquizada da sociedade organizou-a desta maneira. E fechava-se, assim, o círculo vicioso de uma dominação tradicional que ignorava, desrespeitava, ou simplesmente passava por cima da lei, quando esta lei abolia o princípio hierárquico e estabelecia a igualdade, pois esta lei contrariava a tradição.

O resultado foi a manutenção de um sistema de hierarquias informais, que já não encontravam amparo nos elementos de ordenamento jurídico-legal, e que eram interpretados a favor dos grupos dominantes, mesmo quando implicava numa clara violação do espírito e da letra da lei. No confronto entre a lei e a tradição, a última levou quase sempre vantagem. Se, por estas mesmas razões, a esfera pública não conseguiu afirmar-se, o outro resultado foi o patrimonialismo que caracterizou as novas sociedades independentes. O poder era confundido com os interesses privados e por eles manejado.

A resultante final não deixa de apresentar uma singularidade que merece ser mencionada e destacada. A organização política liberal, na sua engenharia, criou uma configuração a partir da qual estabelecia-se uma relação fixa entre os três elementos formadores de qualquer ordem política que tenha adotado o pressuposto liberal:

liberdade, ordem e autoridade, esta última entendida como poder político legitimado, pela garantia legal da igualdade e pelo conjunto de garantias que faziam os seres humanos livres. Nesta relação, a ordem decorre naturalmente da liberdade, na medida em que se supõe um consenso de base entre os indivíduos a respeito dos princípios legais que estabeleceram a igualdade e a própria liberdade. A autoridade política é um elemento funcional que assegura a continuidade do exercício da liberdade, sempre que a manifestação da desordem ameçar o exercício desta última. O poder político, nestas condições, não ameaça a liberdade, pois ele é em última instância o garantidor dos direitos individuais livremente exercidos.

Na parte do mundo à qual nos referimos, esta relação fixa sofreu uma mutação cujos efeitos foram perversos. Não havendo consenso inicial a respeito da igualdade, a liberdade sendo permanentemente afogada no oceano de privilégios oriundos de sistemas hierárquicos, formais ou informais, os elementos constitutivos da ordem política se compuseram de modo diferente. Se a manutenção da ordem era o ponto principal a ser estabelecido, tornava-se lógico que a ordem só podia ser garantida pela autoridade, criando-se assim uma relação direta e linear autoridade-ordem, relegando à plano mais que secundário a questão da liberdade. Desta última, não advinha a ordem. Desconfiava-se da liberdade, pois sendo ela portadora da igualdade lançava as sementes que gerariam o fruto da desordem. Se a função precípua do poder era garantir a ordem, então o poder estava duplamente legitimado. De um lado pela tradição, que tinha criado o tipo particular de ordem reinante na América Espanhola, de outro lado, o poder se auto-justificava, a partir da própria funcionalidade que lhe tinha sido atribuída.

Assim sendo, hierarquias, patrimonialismo, autoridade e ordem acabaram se misturando de modo a diluir aquilo que era próprio da modernidade: a liberdade, quer entendida no sentido que a ela foi dado pelo Iluminismo - triunfo da Razão e exercício da cidadania - quer no sentido que o liberalismo anglo-saxão postulou, conjunto de garantias individuais e capacidade de empreendimento. Se a cidadania pressupunha a igualdade, ali estava o sistema fortemente hierarquizado aqui existente, para fazer frente a ela, ao mesmo tempo em que a dinâmica da ação individual no plano material chocava-se com um sistema rígido de distribuição da riqueza que barrava os esforços de alguns poucos empreendedores vistos como visionários.

BIBLIOGRAFIA.

- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. Trad. Brasília, UNB, 1978.
- CASSIRER, Ernest. *Filosofia de la Ilustración*, México, Fondo de Cultura, 1950.

- Colección de *Encíclicas y Documentos Pontificios*, Madrid, 4ª edição, Junta Tipográfica Nacional, 1955
- HEZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*, Lisboa, ed. Presença, 1983.
- MANNHEIM, KARL. *El Pensamiento conservador. Ensayos sobre Sociología e psicología social*, México, Fondo de Cultura, 1953.
- MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero. Cultura e Idéias nas Américas*. Trad. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- NISBET, Robert e BOTTOMORE, Tom. *História da análise sociológica*, Trad. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- JARAMILLO Uribe, Jaime. *El pensamiento colombiano en el siglo XIX*, Bogotá, editorial Temis, 1964.
- ROMERO, José Luís. (ed.) *Pensamiento conservador (1815-1898)*, 2 v. Caracas, Ayacucho, 1978.
- VIANNA, Luís Werneck. *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Iuperj/Revan, 1997.
- ZÉA, Leopoldo. *El Pensamiento latino-americano*, Barcelona, ed. Ariel, 1976.